



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ofício Nº 145/2017

Porto Nacional, 15 de Março de 2017.

**À COORDENAÇÃO GERAL DE SAÚDE BUCAL/DAB/SAS
ADESÃO À REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Assunto: Solicitação de Adicional no valor do incentivo financeiro de custeio mensal do Centro de Especialidades Odontológica (CEO)

Prezada Equipe,

1. Considerando a proposta criada através da portaria GM/MS nº793 de 24/04/2012, da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência que tem como objetivo primordial a “criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva, ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Buscando levar atendimento integral e de qualidade às pessoas com necessidades especiais.
2. Considerando que no âmbito da saúde bucal, a Rede se propõe a garantir o atendimento odontológico qualificado a todos os portadores de deficiência. Todo atendimento a esse público deve ser iniciado na atenção básica, que referenciará para o nível secundário (CEO) ou terciário (atendimento hospitalar) apenas os casos que apresentarem necessidades especiais para o atendimento.

RECEBEMOS
21/03/2017
Hs **14 : 33**

Leanna Neresse Cavalcante
C. Executiva da Comissão
Intergestores Bipartite-TO

3. Considerando que todos os CEO credenciados pelo Ministério da Saúde podem solicitar o incentivo adicional. Para tanto, estes CEO precisam cumprir compromissos mínimos, que são:

- Disponibilizar 40 horas semanais, no mínimo, para atendimento exclusivo a pessoas com deficiência;
- Realizar apoio matricial para as Equipes de Saúde Bucal da Atenção Básica, no tocante ao atendimento e encaminhamento de pessoas com deficiência que necessitam de atendimento odontológico especializado;
- Manter alimentação regular e consistente da informação de produção do CEO por meio do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS), utilizando como instrumento de registro o Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I) para todos os procedimentos realizados em pessoas com deficiência;
- Manter a produção mensal mínima exigida na Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011;
 - Aplicar os recursos adicionais do Ministério da Saúde pela incorporação do CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência exclusivamente para a esse fim;
 - Garantir condições de acessibilidade e mobilidade nas instalações do CEO para pessoas com deficiência;
 - Prover o CEO com profissionais de saúde bucal capacitados para o atendimento odontológico de pessoas com deficiência.

Considerando que atendemos todos os requisitos técnicos e operacionais, viemos por meio deste, solicitar a **certificação da Adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e Adicional no valor do incentivo financeiro de custeio mensal do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)**, sob o número do CNES 2468395, do município de **PORTO NACIONAL/TO**.


ANNA CRYSTINA MOTA BRITO BEZERRA
Secretária do Fundo Municipal de Saúde

Anna Crystina Mota Brito Bezerra
Secretaria Municipal de Saúde
Decreto 06/2017


JOAQUIM MAIA LEITE NETO
Prefeito Municipal

Joaquim Maia Leite Neto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO/UF: **PORTO NACIONAL/TO**

PROPONENTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CNPJ: **11.315.054/0001-62**

ENDEREÇO: **AV. PRESIDENTE KENNEDY Nº 1055 SETOR AEROPORTO**

Assunto: **Adesão do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Porto Nacional-TO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.**

A Coordenação-Geral de Saúde Bucal-DAB/SAS/MS,

A Secretaria Municipal de Saúde acima identificado, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde, torna público os compromissos assumidos neste Termo de Compromisso.

Considerando o Decreto Presidencial nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, e as disposições contidas na Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO, o **Município de Porto Nacional / Estado do Tocantins** assume os compromissos especificados no Anexo deste Termo.

O presente Termo de Compromisso entrará em vigor a partir da data de publicação da portaria específica de habilitação do serviço, no Diário Oficial da União.

E por estarem justos e acordados resolvo assinar o presente Termo de Compromisso em três vias de igual teor, ficando uma com o ente Municipal, uma com o ente Estadual (CIB) e uma com a Coordenação-Geral de Saúde Bucal – CGSB/DAB/SAS/MS.

Porto Nacional, 09 de Março de 2017.

ANNA CRYSTINA MOTA BRITO BEZERRA
Secretária do Fundo Municipal de Saúde

Anna Crystine Mota Brito Bezerra
Secretaria Municipal de Saúde
Decreto 06/2017

JOAQUIM MAIA LEITE NETO
Prefeito Municipal

Joaquim Maia Leite Neto
Prefeito Municipal

RECEBEMOS

21/03/2017

Hs 14 : 33

Sec. Executiva da Comissão
Intergestores Bipartite-TO

ANEXO

1 - COMPROMISSOS DO MUNICÍPIO/ESTADO:

COMPROMETE-SE com a adesão do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO tipo II (CNES nº 2468395) à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, nos seguintes termos:

- I. Garantir a referência e contra-referência para a Atenção Básica em saúde bucal no atendimento odontológico a pessoas com deficiência;
- II. Atuar como referência **MUNICIPAL e ESTADUAL**, tendo a seguinte área de abrangência:
 - a. Municípios que serão cobertos:
 - **Monte do Carmo**
 - **Ponte Alta do Tocantins**
 - **Oliveira de Fátima**
 - **Santa Rosa do Tocantins**
 - **Fátima**
 - **Pindorama do Tocantins**
 - **Ipueiras**
 - **Santa Rita do Tocantins**
 - **Mateiros**
 - **Brejinho de Nazaré**
 - **Silvanópolis**
 - **Natividade**
 - **Chapada de Natividade**
 - b. População total coberta:
112.691
- III. Disponibilizar 40 horas semanais, no mínimo, para atendimento exclusivo a pessoas com deficiência;
- IV. Estabelecer um fluxo de atendimento odontológico especializado para pessoas com deficiência, envolvendo todas as estruturas de atendimento odontológico do município, permitindo acesso amplo e alcance das metas de produção pactuadas;
- V. Realizar apoio matricial para as Equipes de Saúde Bucal da Atenção Básica, no tocante ao atendimento e encaminhamento de pessoas com deficiência que necessitam de atendimento odontológico especializado;
- VI. Manter alimentação regular e consistente da informação de produção, do CEO acima referido, por meio do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS) utilizando

como instrumento de registro o Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I) para todos os procedimentos realizados em pessoas com deficiência;

- VII. Estabelecer estratégias de monitoramento e avaliação da cobertura populacional e alcance das metas de produção;
- VIII. Manter a produção mensal mínima exigida na Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011;
- IX. Aplicar os recursos adicionais do Ministério da Saúde pela incorporação do CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência exclusivamente para a esse fim;
- X. Garantir condições de acessibilidade e mobilidade nas instalações do CEO para pessoas com deficiência.
- XI. Prover o(s) CEO com profissionais de saúde bucal capacitados para o atendimento odontológico de pessoas com deficiência;
- XII. Garantir equipamentos e condições físicas necessárias para o atendimento clínico a pessoas com deficiência;
- XIII. Informar no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES, na Tabela de Serviços/Classificação, o Serviço 114 - Serviço de Atenção em Saúde Bucal, classificação 007 - Atendimento à Pessoa com Deficiência, conforme a tabela abaixo:

Cód.Serv	Desc. Serviço	Cód. Class	Desc. Da Classificação	Gr	CBO	Desc.
11 4	Serviço de Atenção em Saúde Bucal	7	Atendimento à pessoa com deficiência	1	2232*	Cirurgião dentista

2 – DA SUSPENSÃO DO REPASSE DE RECURSOS:

A Secretaria Municipal de Saúde acima identificado, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, afirma ter conhecimento de que o repasse adicional do incentivo de custeio será descontinuado no caso de ser comprovado por meio dos Sistemas de Informação (SIA ou CNES), por monitoramento e/ou da supervisão direta do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado da Saúde ou por auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS qualquer uma das seguintes situações:

- a) ausência, por um período superior a 60 dias, do cirurgião-dentista responsável pelo atendimento clínico a pessoas com deficiência no CEO;
- b) descumprimento da carga horária mínima de 40 horas semanais estabelecida para o atendimento clínico exclusivo a pessoas com deficiência, conforme a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012;
- c) ausência de oferta das especialidades mínimas do CEO: diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer bucal; periodontia especializada; cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; endodontia e atendimento à pacientes com necessidades especiais; e
- d) ausência do registro da produção à pessoa com deficiência no CEO por meio da ficha de Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-i).